COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 6.190, DE 2016

Dispõe sobre a valorização e o empoderamento das pessoas com deficiência nas peças publicitárias de órgãos da Administração Pública direta e indireta.

Autora: Deputada ERIKA KOKAY

Relatora: Deputada **CARMEN ZANOTTO**

I - RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para exame do seu mérito, o Projeto de Lei nº 6.190, de 2016, oferecido pela ilustre Deputada Erika Kokay, que pretende valorizar as pessoas com deficiência nas peças publicitárias contratadas pela Administração Pública.

A proposta determina, em seu art. 1º, que pelo menos cinco por cento dos participantes em peças publicitárias realizadas por órgãos públicos sejam pessoas com deficiência. No caso de o percentual mencionado resultar em número fracionado, será elevado até o número inteiro subsequente. A proposição determina, ainda, que a deficiência da pessoa deva ser aparente.

A matéria foi submetida a esta Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência para exame do seu mérito, consoante o disposto no art. 32, inciso XXIII do Regimento Interno.

Transcorrido o prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao texto.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Ao oferecer o texto que ora examinamos, a nobre autora, Deputada Erika Kokay, aponta que, de acordo com o IBGE, cerca de 23% da população brasileira declara-se com alguma deficiência. No entanto, esse contingente não se encontra adequadamente representado na mídia nacional, situação que reforça preconceitos e práticas discriminatórias.

É preocupante, sobretudo, que as peças publicitárias contratadas pela Administração Pública deixem de apresentar pessoas com deficiência ao discutir políticas públicas e programas de governo. A pessoa com deficiência requer, para sua plena participação na sociedade, que iniciativas de inclusão e de acessibilidade sejam promovidas, no contexto de todas as políticas públicas a cargo do Estado.

Trata-se de minoria que tem sido prejudicada por posturas preconceituosas, que deixam de reconhecer seu enorme potencial profissional e a maturidade com que exerce sua cidadania. O silêncio a seu respeito, a omissão de sua imagem ou representação, agravam essa situação.

Parabenizamos, pois, a ilustre autora pela oportunidade com que determina que essas campanhas publicitárias devam valorizar e empoderar as pessoas com deficiência mediante sua inclusão entre os participantes em peças publicitárias.

Somos, em suma, favoráveis à iniciativa e nosso VOTO é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 6.190, de 2016.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputada **CARMEN ZANOTTO**
Relatora